

## AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA E DESAFIOS ÉTICOS NA PESQUISA COM CRIANÇAS

THE THEORETICAL-METHODOLOGICAL CONTRIBUTIONS OF THE SOCIOLOGY OF CHILDHOOD AND ETHICAL CHALLENGES IN RESEARCH WITH CHILDREN

LAS CONTRIBUCIONES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DE LA SOCIOLOGÍA DE LA INFANCIA Y LOS DESAFÍOS ÉTICOS EN LA INVESTIGACIÓN CON NIÑOS

Levi Freitas de Souza<sup>1</sup>  
Darianny Araújo do Reis<sup>2</sup>  
Cleverton José Farias de Souza<sup>3</sup>  
Lúcio Fernandes Ferreira<sup>4</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo analisar as contribuições da Sociologia da Infância para a definição de escolhas teórico-metodológicas e éticas na pesquisa educacional com crianças, com ênfase nos desafios éticos implicados nesse campo. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, de natureza teórico-metodológica, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, com base na revisão de literatura especializada. O texto fundamenta-se na concepção de criança e infância proposta pela Sociologia da Infância, destacando suas implicações para a produção do conhecimento em educação. Evidenciam-se abordagens que reconhecem as crianças como sujeitos sociais e participantes ativos do processo investigativo. São discutidas estratégias metodológicas como o uso de narrativas, desenhos e foto-elicitación, bem como aspectos éticos relacionados ao consentimento, ao assentimento e à devolutiva dos resultados. Os resultados indicam que a incorporação desses pressupostos contribui para o desenvolvimento de pesquisas mais sensíveis às experiências, aos contextos e aos direitos das crianças. Concluiu-se que a Sociologia da Infância oferece fundamentos consistentes para a superação de perspectivas adultocêntricas na pesquisa educacional.

**Palavras-chave:** Sociologia da Infância. Pesquisa com Crianças. Infâncias. Ética na Pesquisa. Metodologias Participativas.

---

<sup>1</sup> Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/UFAM).

<sup>2</sup> Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD/PT). Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação. Coordenadora da Linha de Pesquisa Crianças, Infâncias e Educação Infantil com/na Amazônia do Grupo de Pesquisa em Sociologia Política da Educação (GRUPESPE/UFAM) e Vice-Coordenadora do Laboratório de Estudos com e para as Infâncias Amazônicas (LEIA/UEA).

<sup>3</sup> Doutor com Pós-Doutorado. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas.

<sup>4</sup> Doutor. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/UFAM). Orientador.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the contributions of the Sociology of Childhood to the definition of theoretical-methodological and ethical choices in educational research with children, with emphasis on the ethical challenges involved in this field. It is a qualitative study of a theoretical-methodological nature, developed through bibliographic research based on a review of specialized literature. The discussion is grounded in the conception of child and childhood proposed by the Sociology of Childhood, highlighting its implications for knowledge production in education. Approaches that recognize children as social subjects and active participants in the research process are emphasized. Methodological strategies such as narratives, drawings, and photo-elicitation are discussed, as well as ethical aspects related to informed consent, assent, and the feedback of research results. The findings indicate that incorporating these assumptions contributes to the development of research practices that are more sensitive to children's experiences, contexts, and rights. It is concluded that the Sociology of Childhood provides consistent theoretical, methodological, and ethical foundations to overcome adult-centered perspectives in educational research.

**Keywords:** Sociology Of Childhood. Childhood Studies. Research With Children. Research Ethics. Participatory Methods.

**RESUMEN:** Este artículo tiene como objetivo analizar las contribuciones de la Sociología de la Infancia para la definición de elecciones teórico-metodológicas y éticas en la investigación educativa con niños, con énfasis en los desafíos éticos implicados en este campo. Se trata de un estudio de enfoque cualitativo, de naturaleza teórico-metodológica, desarrollado mediante investigación bibliográfica basada en la revisión de literatura especializada. El análisis se fundamenta en la concepción de niño e infancia propuesta por la Sociología de la Infancia, destacando sus implicaciones para la producción de conocimiento en educación. Se evidencian enfoques que reconocen a los niños como sujetos sociales y participantes activos del proceso investigativo. Se discuten estrategias metodológicas como el uso de narrativas, dibujos y foto-elicitación, así como aspectos éticos relacionados con el consentimiento informado, el asentimiento y la devolución de los resultados. Los resultados indican que la incorporación de estos supuestos contribuye al desarrollo de investigaciones más sensibles a las experiencias, contextos y derechos de los niños. Se concluye que la Sociología de la Infancia ofrece fundamentos consistentes para superar perspectivas adultocéntricas en la investigación educativa.

**Palabras clave:** Sociología De La Infancia. Estudios De La Infância. Investigación Con Niños. Ética En La Investigación. Métodos Participativos.

## INTRODUÇÃO

“[...] estudar as crianças como atores sociais de pleno direito, a partir do seu próprio campo, e analisar a infância como categoria social do tipo geracional é o objetivo a que se tem proposto a sociologia da infância” (Sarmiento MJ, 2011, p. 27).

Inicia-se essa discussão com as palavras de Sarmiento MJ (2011), que nos ajudam a compreender a Sociologia da Infância como um campo científico emergente e uma matriz teórica que reconhece as crianças como atores sociais e a infância como uma construção social, isto é, uma categoria geracional historicamente produzida. Nessa perspectiva, esse campo tem

se consolidado como um espaço relevante de investigação e reflexão sobre as múltiplas infâncias, especialmente no contexto brasileiro, ainda que o tema permaneça com inserção limitada no debate sociológico mais amplo (Brostolin MR, 2020).

Ao questionar uma sociedade de classes antagônicas, as desigualdades sociais e as diferentes infâncias, situa-se o debate em relação ao reconhecimento legal das crianças como sujeitos de direitos, pautando as discussões e as pesquisas científicas em um novo olhar sobre as crianças de diferentes idades, grupos e contextos.

A consolidação dessa compreensão atinge maior visibilidade com a Declaração dos Direitos da Criança, adotada pela Organização das Nações Unidas em 20 de novembro de 1959 (ONU, 1959). Ainda que de caráter não vinculante, o documento estabeleceu princípios fundamentais voltados à proteção, ao cuidado e à garantia de direitos específicos às crianças por parte da família, da sociedade e do Estado.

Posteriormente, a Convenção sobre os Direitos da Criança foi promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, reforçando a centralidade da participação infantil ao assegurar o direito de ser ouvida e considerada nos processos que lhe dizem respeito, o que repercute diretamente nas práticas educacionais e nas pesquisas desenvolvidas com crianças, especialmente em exigências éticas relacionadas ao consentimento, ao assentimento e ao respeito à dignidade infantil. (BRASIL, 1990)

3

A partir do pressuposto inicial e compreendendo a necessidade de aprofundar a reflexão esboçada, lançou-se o seguinte questionamento: Como a Sociologia da Infância contribui para a definição de escolhas teórico-metodológicas e éticas na pesquisa educacional com crianças e quais são os desafios éticos que atravessam esse campo de investigação?

Buscando responder tal questão, nesse artigo, teve-se como objetivo apresentar as contribuições da Sociologia da Infância na definição de escolhas teórico-metodológicas e éticas na pesquisa educacional com crianças, identificando os principais desafios éticos que atravessam os estudos das infâncias.

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, cujo delineamento metodológico se assenta na pesquisa bibliográfica, desenvolvida por meio da revisão da literatura especializada no campo da Sociologia da Infância e da pesquisa educacional com crianças. O arcabouço teórico-metodológico fundamenta-se principalmente nos trabalhos de Sarmiento MJ (2007, 2009, 2011), Corsaro WA (2005), Qvortrup J (2011), Santos SE, et al. (2017), Sarmiento T e Oliveira M

(2020) e Pires FF (2007), entre outros estudiosos que analisaram as contribuições metodológicas e éticas e os desafios éticos que atravessam as investigações com crianças.

O presente artigo emerge das conjecturas teóricas e debates da disciplina Pesquisa com crianças na educação: aspectos teóricos, metodológicos e éticos do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Este trabalho pertence à linha de pesquisa em Educação Inclusiva, Educação Especial e Direitos Humanos na Amazônia.

Para tanto, o artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução: inicialmente, serão discutidos os principais pressupostos da Sociologia da Infância que fundamentam a compreensão da criança como sujeito social e de direitos. Em seguida, serão apresentadas suas contribuições teórico-metodológicas para a pesquisa educacional com crianças. Na terceira seção, serão abordadas as estratégias metodológicas que valorizam a escuta, a participação e as múltiplas linguagens infantis. Por fim, serão problematizados os desafios éticos na pesquisa com crianças na contemporaneidade, considerando o consentimento, o assentimento e a devolutiva dos resultados.

## CRIANÇA E INFÂNCIA NOS PRESSUPOSTOS DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA

A história das crianças e das infâncias configura-se como uma construção social relativamente recente, uma vez que, por muito tempo, a infância não foi reconhecida como objeto legítimo de investigação pelas ciências sociais (BROSTOLIN MR, 2020). Na Antiguidade e na Idade Média, as crianças eram concebidas como adultos em miniatura, seres em formação e incompletos, cuja existência se orientava para a condição futura de adulto. Essa concepção contribuiu para a invisibilidade histórica e epistemológica da infância.

O processo de ocultação das infâncias nas ciências sociais decorre das concepções historicamente construídas sobre as crianças e dos modos como foram inscritas em determinadas imagens sociais (SARMENTO MJ, 2007). Essa compreensão sofreu transformações significativas no século XX, quando se consolida a concepção moderna de infância, concomitantemente ao processo de constituição da Sociologia da Infância, inicialmente no contexto anglo-saxônico e, posteriormente, no francófono.

A Sociologia da Infância de origem anglo-saxônica desenvolveu-se a partir das décadas de 1980 e 1990, como um campo crítico às abordagens que concebiam a infância apenas como etapa preparatória da vida adulta. Nesse contexto, autores como Alan Prout, Allison James, Chris Jenks e Jens Qvortrup foram fundamentais ao propor a infância como categoria social

historicamente situada e as crianças como atores sociais competentes, produtores de cultura e participantes ativos das relações sociais, contribuindo para a análise das práticas sociais das crianças.

Posteriormente, essas discussões influenciaram a França, onde a Sociologia da Infância francófona se desenvolveu em diálogo com obras historiográficas, como a história da infância de Ariès e com estudos da sociologia da família (BROSTOLIN MR, 2020), articulando-se às tradições da sociologia, antropologia e educação, com destaque para autores como Régine Sirota e Bernard Lahire. Nesse contexto, foram enfatizadas as relações intergeracionais, os dispositivos institucionais e as práticas sociais que produzem a infância, adotando uma perspectiva relacional que compreende as crianças em interação com adultos, normas e estruturas sociais.

A Sociologia da Infância em Portugal emerge no final da década de 1990, consolidando-se e ganhando impulso a partir do século XXI, sobretudo com a criação de programas doutorais e o fortalecimento de vínculos com organizações internacionais. Conforme pontua Sarmiento MJ (2009), as crianças nunca foram um tema ausente da Sociologia, porém a criança como objeto sociológico e a consideração da infância como categoria social começou a se desenvolver no final do século XX.

No Brasil, Brostolin MR (2020) localiza a entrada da criança no campo sociológico a partir da obra de Florestan Fernandes, por meio do texto “As trocinhas do Bom Retiro”, e com a investigação de José de Souza Martins sobre “as crianças sem infância”, pesquisa baseada em depoimentos de duzentas crianças em processo de migração e na luta pela terra nas chamadas fronteiras agrícolas brasileiras.

Nesse sentido, a Sociologia da Infância abre um espaço para as crianças e as infâncias no cenário sociológico, afirmando-as como atores sociais de direito. Sarmiento MJ (2007, 2011) enfatiza que este campo teórico tem o objetivo de dar visibilidade à infância, propondo estudá-la como objeto sociológico por direito próprio, superando abordagens que desconsideram a construção social de sua existência.

Para Corsaro WA (2011), a Sociologia desempenha papel fundamental ao “redescobrir” a infância, reconhecendo as crianças como produtoras de culturas próprias e participantes ativas dos processos de socialização, por meio dos quais não apenas se inserem no mundo adulto, mas também contribuem para sua (re)produção e transformação. Dessa forma, as crianças passaram a ser social e historicamente delineadas, entendidas como autoras na construção e determinação

de suas vidas, que se modificam de acordo com implicações políticas, econômicas, sociais e culturais.

Nessa perspectiva, a infância pode ser compreendida tanto como uma estrutura social universal, presente em diferentes sociedades, quanto como uma categoria geracional plural, atravessada por marcadores como classe social, gênero, raça e étnicos. Assim, a análise se desloca de uma visão homogênea para o reconhecimento das múltiplas infâncias, considerando as condições históricas e contextuais que configuram as experiências e suas formas de participação social.

As crianças constroem sentidos sobre suas realidades a partir de modos próprios de interpretar o mundo, o que demanda abordagens teórico-metodológicas que considerem suas formas de participação. Dessa forma, a infância é concebida como categoria social permanente, cuja configuração histórica e cultural produz múltiplas formas de experienciar a condição infantil. Reconhecê-las como sujeitos sócio-históricos implica compreendê-las em seus contextos de vida, evidenciando sua participação nos processos sociais, políticos e culturais, o que amplia sua visibilidade nas pesquisas e consolida a participação infantil como questão central nas Ciências Sociais.

Nesse sentido, observa-se uma mudança de postura epistemológica nos estudos com crianças a partir das contribuições da Sociologia da Infância, o que tem possibilitado maior reconhecimento da infância como objeto legítimo de investigação, sobretudo ao situar “as crianças como porta-vozes competentes de suas próprias histórias e vidas e das relações sociais” (ABRAMOWICZ A, 2005, p. 33). Tal deslocamento fortalece a compreensão da criança como sujeito ativo nas relações sociais, capaz de interpretar a realidade e intervir na produção e transformação social.

Por fim, entender a criança como ator social implica concebê-la como sujeito de direitos, com voz e participação ativa nos processos sociais e investigativos, nos quais a participação infantil assume caráter social, político e científico, e também como instrumento de enfrentamento à exclusão e à negação de direitos conquistados no processo histórico.

## AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA PARA A PESQUISA EDUCACIONAL DESENVOLVIDA COM CRIANÇAS

A Sociologia da Infância como campo de pesquisa e produção de conhecimento científico tem oferecido ferramentas para as pesquisas desenvolvidas com crianças, a partir da criação de

conceitos próprios, formulação de abordagens teórico-metodológicas distintas, que corroboram para diferentes recortes sobre o fenômeno social da infância em espaços educacionais e de produção cultural, atravessados por relações de poder, geração, classe social, gênero e etnia.

Diante disso, podemos diagramar cinco principais abordagens teórico-metodológicas que estruturam este campo de estudos: 1) a perspectiva do discurso da criança e da infância de James, Jenks e Prout; 2) a estruturalista, associada sobretudo aos estudos de Jens Qvortrup; 3) a abordagem interpretativa defendida por William Corsaro e respaldada na Sociologia de Goffman e na Antropologia de Geertz; 4) a abordagem relacional de Leena Alanen e Berry Mayall, alicerçada na teoria de Pierre Bourdieu e 5) de intervenção, vinculada a autores que articulam pesquisa sobre participação infantil e transformação social.

Na abordagem do discurso da criança, a Infância é uma categoria plural, passando a ser reconhecida como “[...] atores sociais articulados que tem muito a dizer sobre o mundo”, cujas vozes expressam interpretações próprias do mundo social e não apenas reflexos do discurso adulto (JAMES A, 2019, p. 222). Nessa perspectiva, o discurso da criança assume centralidade, pois é por meio das narrativas, práticas e interações que se revelam as múltiplas infâncias existentes. Do ponto de vista metodológico e epistemológico, essa abordagem exige que a pesquisa incorpore estratégias que favoreçam sua participação e expressão, respeitando suas linguagens e formas de comunicação.

7

A abordagem da sociologia estruturalista compreende a infância como parte estruturante e permanente da sociedade. Essa perspectiva, presente nos estudos de Qvortrup, destaca que as crianças ocupam uma posição estrutural específica nas sociedades modernas, marcada por dependência econômica, exclusão dos processos decisórios e invisibilidade nas políticas públicas. Para este autor, é possível avançar além das perspectivas centradas no adulto ao defender que a categoria geracional define o lugar da infância na sociedade, constituindo elemento central da Sociologia da Infância. Assim, outras categorias das Ciências Sociais, como classe, gênero e etnia são compreendidas como complementares à geração (NASCIMENTO ML, 2015).

Desse modo, o foco dessa abordagem recai menos sobre as experiências individuais das crianças e mais sobre as condições estruturais que moldam suas vidas, contribuindo para análises macroestruturais sobre temas como direitos, cidadania, educação, desigualdades e políticas voltadas à infância. Em geral, os procedimentos metodológicos dessas pesquisas envolvem dados estatísticos e análise documental.

Na abordagem interpretativa, desenvolvida por William Corsaro, a criança é parte da categoria social infância, o que desloca o foco analítico para o nível microssocial, enfatizando as interações cotidianas das crianças e como elas constroem os processos de subjetivação no quadro da produção simbólica de seus modos de vida e como elas criam e compartilham significados.

Em Corsaro WA (2005; 2011), as crianças são compreendidas como agentes ativos no processo de “reprodução interpretativa”, por meio do qual se apropriam criativamente da cultura adulta e a reinterpretem nas culturas de pares, produzindo formas próprias de organização social, em oposição à perspectiva funcionalista de socialização. Nessa abordagem, as crianças não apenas internalizam a cultura, mas também contribuem para sua produção e transformação, ainda que suas ações estejam condicionadas pela estrutura social. Assim, sua participação nas rotinas culturais evolui de forma mais limitada para uma participação progressivamente mais plena.

Vale ressaltar que os pesquisadores que utilizam essa abordagem priorizam o uso de metodologias qualitativas, especialmente a etnografia, como estratégia privilegiada para compreender as experiências infantis a partir de seus próprios pontos de vista, em temas como desconstrução do imaginário social da infância, características da infância e processos socializadores.

No que se refere à etnografia com crianças, Corsaro WA (2011, p. 63) ressalta que é “[...] um método eficaz para estudar crianças, porque muitos recursos de suas interações e culturas são produzidos e compartilhados no presente e não podem ser obtidos facilmente por meio de entrevistas reflexivas ou questionários”. Diante disso, essa abordagem tem se consolidada como uma estratégia central, permitindo compreender o cotidiano escolar a partir das práticas, discursos e interações infantis.

A abordagem relacional da Sociologia da Infância defendida por Leena Alanen e Berry Mayall com contribuições de conceitos bourdieusianos como campo, habitus e capital (cultural, social, simbólico), evidencia como as diferenças de classe, gênero e geração moldam as condições de vida e participação infantil. As pesquisadoras compreendem a infância como uma categoria social geracional/relacional, construída na interação entre crianças e adultos e atravessada por relações de poder, dependência e interdependência.

Assim, essa abordagem concentra-se especialmente nas dinâmicas intergeracionais, destacando que a infância constitui simultaneamente um espaço de condicionamentos

estruturais e de possibilidades de agência. Propõe-se a analisar a infância a partir das estruturas sociais que a configuram, sem desconsiderar as práticas e experiências cotidianas das crianças, reconhecendo-as como parte integrante da ordem social e ocupantes de posições específicas nos diferentes campos sociais, como a família, a escola e as políticas públicas, marcadas por desigualdades geracionais e sociais.

Por sua vez, a abordagem de intervenção na Sociologia da Infância concebe a infância como uma construção histórica e uma condição social. Essa perspectiva articula a produção de conhecimento com a transformação social, defendendo a participação ativa das crianças nos processos de pesquisa e intervenção.

A perspectiva crítica desta abordagem enxerga as crianças como sujeitos de direitos e enfatiza a necessidade de criar dispositivos metodológicos que favoreçam sua escuta, expressão e participação nas decisões que afetam suas vidas. Por isso, dialoga com métodos como a pesquisa-ação e a pesquisa participativa, onde a pesquisa não se limita à interpretação da realidade social, mas busca intervir criticamente nela, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais sensíveis às experiências das crianças.

Segundo Sarmiento MJ (2009), os principais temas da abordagem de intervenção giram em torno da dominação cultural, patriarcal e de gênero, os maus tratos à infância, as políticas para a infância, a infância e os movimentos sociais.

Diante disso, em conjunto, essas propostas teórico-metodológicas revelam a riqueza e a complexidade da Sociologia da Infância que se consolida como um campo de possibilidades e novas concepções de infâncias em suas múltiplas dimensões sociais.

No Brasil, a Sociologia da Infância constitui-se como campo epistemológico próximo à educação, em especial, à Educação Infantil. Desse modo, muitas pesquisas brasileiras em Sociologia da Infância se constroem a partir dos aportes da psicologia social e de estudos interdisciplinares. Os temas brasileiros presentes nos estudos sociais da infância desde a década de 1970 são: desigualdade social e marginalidade cultural; gênero, indicadores de desempenho escolar e de desigualdade social; concepção de criança e infância; Educação Infantil; concepção curricular, história e políticas públicas; jogos e brincadeiras e relações étnico-raciais (ABRAMOWICZ A, 2018).

Em síntese, as contribuições da Sociologia da Infância residem em pensar a criança para além de paradigmas teóricos hegemônicos, o que amplia os horizontes da pesquisa educacional, promovendo estudos que não apenas falam sobre as crianças, mas constroem conhecimento com

elas e acerca de seus mundos. Todavia, é elementar que a Sociologia da Infância e seus(as) pesquisadores(as) contribuam para o desenvolvimento de pesquisas comprometidas com os direitos, as vozes e as múltiplas linguagens infantis, por meio de estratégias metodológicas que permitam e estimulem sua escuta e participação, das quais trataremos na seção a seguir.

## AS ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS UTILIZADAS EM PESQUISAS COM CRIANÇAS: ESCUTA, PARTICIPAÇÃO E AS MÚLTIPLAS LINGUAGENS INFANTIS

Nos últimos anos, as pesquisas têm situado as crianças como sujeitos ativos nos processos investigativos, repercutindo em crescente interesse por suas formas próprias de compreender o mundo. Esse deslocamento tem favorecido a emergência de abordagens metodológicas voltadas à apreensão do universo infantil a partir do ponto de vista das próprias crianças (COHN C, 2013).

Tal mudança de paradigma ainda é um desafio epistemológico, que requer a ruptura com um conhecimento hegemônico no ocidente, historicamente produzido no campo das Ciências Sociais, que toma o adulto e a sua adultez como principais referências para conhecer e produzir conhecimento acerca da infância, das crianças e seus modos de vida (SANTOS SE, et al., 2017; FERREIRA M e LIMA PM, 2020).

Pires FF (2007) adverte que a questão de como ser adulto e pesquisar com crianças não deveria ser um problema para um campo de estudos e pesquisa, mas a questão do diálogo com as crianças ainda merece bastante atenção, haja vista a relação hierárquica e de poder a qual precisa estar sob constante vigilância epistemológica.

Posto isto, entre as estratégias metodológicas e técnicas auxiliares que buscam romper com abordagens adultocêntricas, é possível perceber, no panorama investigativo, o emprego de métodos qualitativos, metodologias participativas, pesquisas etnográficas e narrativas (SARMENTO T e OLIVEIRA M, 2020; PASSEGGI MC, et al., 2018); observação participante com crianças, por meio de entrevistas presenciais, formais, informais e lúdicas; grupos focais; rodas de conversa; análise de redações produzidas pelas próprias crianças (PIRES FF, 2007); desenhos (GOBBI MA, 2022); fotografias e filmagens; foto-elicitación (MARCELLO FA e SOARES GR, 2021); além de brincadeiras e oficinas.

Entende-se que não cabe apresentar nesse estudo todos os métodos, metodologias e técnicas consideradas potencialmente capazes de escutar a voz das crianças em pesquisa, portanto o foco será apenas nas narrativas, desenhos e foto-elicitación.

Para Passeggi MC, et al. (2018), as narrativas de si, autorreferenciais ou autobiográficas, correspondem a processos em que o sujeito, ao tomar a si mesmo como objeto de reflexão, se desdobra em diferentes posições na narrativa. Em pesquisas com crianças, essas narrativas evidenciam que suas experiências cotidianas, dentro e fora da escola, refletem estruturas socioculturais que influenciam a construção de seus pontos de vista sobre a escola e sobre si mesmas em seus modos de ser e estar no mundo.

Em contribuição, os processos investigativos a partir das narrativas na construção de conhecimento sobre si e sobre o outro em contextos educativos, Sarmiento T e Oliveira M (2020) afirmam que a criança, mesmo estando subordinada às regras sociais, tem margem de iniciativa e decisão, ou seja, ao contar suas experiências, histórias e vivências, interpreta, reorganiza e reconstrói a realidade a partir do seu próprio ponto de vista, se afirmando como sujeito biográfico.

Nesse sentido, o processo narrativo envolve dimensões cognitivas, emocionais e temporais, na medida em que possibilita à criança construir sentidos sobre sua própria vida e história. Tal processo demanda do educador ou pesquisador uma postura metodológica e ética pautada na escuta sensível, capaz de sustentar práticas mais coerentes com o desenvolvimento e as experiências infantis. Essa escuta requer empatia e abertura ao universo afetivo, imaginário e cognitivo da criança, reconhecendo-a como sujeito que possui modos próprios de compreender o mundo (SARMENTO T e OLIVEIRA M, 2020).

Nesse mesmo horizonte, o uso de imagens na pesquisa com crianças tem se destacado como estratégia metodológica relevante, contribuindo para o fortalecimento do protagonismo infantil. A foto-elicitação, por exemplo, configura-se como abordagem qualitativa que utiliza fotografias para orientar entrevistas, favorecendo a evocação de memórias, emoções e narrativas pelas crianças. Esse pressuposto metodológico investiga como elas leem e se relacionam com as imagens, evidenciando a produção das culturas infantis (MARCELLO FA E SOARES GR, 2021).

No reconhecimento das múltiplas linguagens infantis, o desenho, enquanto uma técnica usada em pesquisas com crianças, possibilita captar dimensões da experiência infantil que muitas vezes não emergem pela linguagem oral ou escrita, sendo eficaz para “uma maior aproximação entre pesquisadoras(es) e crianças” (GOBBI MA, 2022, p. 140).

Nessa direção, Sarmiento MJ (2011) destaca que o desenho infantil constitui uma importante forma de expressão simbólica, anterior inclusive à linguagem escrita e oral. Para o

autor, o desenho não se limita à representação da realidade externa, mas expressa modos próprios de apreensão do mundo pelas crianças, articulados às fases do desenvolvimento e à diversidade cultural. Nesse sentido, o desenho comunica de maneira singular, ampliando possibilidades expressivas para além da linguagem verbal.

Corroborando essa perspectiva, Pires FF (2007) destaca que o desenho constitui um material relevante na pesquisa com crianças por possibilitar o acesso a conteúdos mais imediatos e espontâneos de seu pensamento. Nessa direção, Gobbi MA (2022) propõe o uso dos desenhos infantis como ferramenta metodológica nas Ciências Sociais para acessar o ponto de vista das crianças, compreendendo-os como produções artísticas que expressam formas poéticas de perceber o mundo. Para a autora, os desenhos contribuem para a compreensão do que as crianças fazem, dizem, pensam e produzem, deslocando o foco das interpretações adultas sobre elas.

Fernandes N e Souza LF (2020) afirmam que escutar e assegurar a voz da criança nas pesquisas qualitativas constitui um compromisso epistemológico e ontológico do pesquisador, que deve adotar uma postura crítica constante. Nesse sentido, destacam a necessidade de manter vigilância epistemológica para que a coleta de dados não reforce a hierarquização na relação adulto-criança, subordinando a voz infantil. Ao contrário, esses instrumentos devem funcionar como mediadores que potencializem a expressão e os processos de subjetivação das crianças, sem comprometer os sentidos da investigação.

12

Garantir a participação das crianças nas pesquisas ainda é um desafio. Portanto, faz-se necessário o emprego de estratégias metodológicas participativas e adequadas à linguagem infantil que possibilitem sua participação efetiva e um maior protagonismo no processo investigativo, desde o planejamento da pesquisa à devolutiva dos resultados.

## **QUESTÕES E DESAFIOS ÉTICOS NA PESQUISA COM CRIANÇAS: CONSENTIMENTO, ASSENTIMENTO E DEVOLUTIVA DOS RESULTADOS**

Em contraposição às perspectivas reducionistas da criança e à sua histórica invisibilidade epistemológica, a Sociologia da Infância tem se dedicado a posicionar as crianças e as infâncias no centro dos processos de pesquisa, reconhecendo-as como sujeitos sociais e valorizando seu protagonismo, suas culturas e seus modos próprios de viver e compreender o mundo.

Entretanto, a pesquisa com crianças exige dos(as) pesquisadores(as) uma constante vigilância epistemológica, de modo a possibilitar a produção de investigações fundamentadas na escuta de suas vozes, expressas nas diversas linguagens infantis e em suas ações concretas

nos diferentes contextos de vida, sem desconsiderar as implicações éticas que atravessam todo o processo investigativo (FERNANDES N, 2016).

A discussão sobre ética na pesquisa com crianças permaneceu, por longo período, sendo negligenciada, tanto em relação a documentos regulatórios quanto em publicações acadêmicas. Esse panorama transforma-se à medida em que se estabelece a reconstrução do conceito de infância radicado em um novo paradigma, lançando as bases para uma renovação ético-metodológica nas relações de pesquisa. Tal renovação tem mobilizado reflexões sobre pressupostos éticos capazes de conferir maior rigor e cientificidade aos processos investigativos (FERNANDES N, 2016; FERNANDES N, 2021).

Entretanto, este processo torna-se complexo, uma vez que as investigações com crianças “[...] envolvem aspectos éticos comuns às pesquisas com todas as pessoas, mas eles precisam ser tratados de forma diferenciada, como decorrência de características específicas desses sujeitos que devem ser levadas em consideração” (CRUZ SHV, 2019, p. 74).

É imprescindível considerar que a questão ética não deve se limitar apenas ao cumprimento formal de normas institucionais e diretrizes regulamentadoras de pesquisas que envolvem seres humanos, mas que envolve todo o processo investigativo, desde as etapas constitutivas do planejamento, da definição dos instrumentos de geração de dados, da escolha metodológica até a devolutiva dos resultados, o que exige “[...] compromisso e responsabilidade tanto do pesquisador com ele mesmo como com o referencial teórico, mas, sobretudo, com os sujeitos pesquisados” (SCRAMINGNON G, 2019, p. 64).

De acordo com Fernandes N (2016), em qualquer processo de pesquisa, o que deve prevalecer, sobre qualquer outro princípio é o respeito pelos direitos do sujeito e pelas especificidades que os caracterizam ontologicamente. Buss-Simão M (2014) enfatiza que o pesquisador deve atuar de forma reflexiva e cuidadosa, partindo do princípio de que os direitos éticos das crianças são equivalentes aos dos adultos, considerando suas ações, responsabilidades, a escolha de métodos adequados e as formas de comunicação ao longo de todo o processo de investigação.

No Brasil, para que as pesquisas com menores sejam autorizadas legalmente é preciso obter a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa – CEP/CONEP, por meio da Plataforma Brasil, que exige o consentimento dos pais ou responsáveis legais, além do assentimento da própria criança acima de seis anos de idade, obedecendo as Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Ministério da Saúde.

Coutinho AS (2019) afirma que o consentimento e o assentimento constituem processos correlacionados de compreensão, negociação e autorização dos sujeitos na pesquisa. No entanto, a autora os diferencia ao indicar que o consentimento se refere à autorização formal, oral ou escrita, concedida de forma livre e esclarecida pelo participante ou por seu responsável legal, enquanto o assentimento diz respeito à manifestação de aceite obtida por meio de procedimentos adaptados às singularidades de sujeitos como crianças, adolescentes ou pessoas impossibilitadas de consentir.

De acordo com Resolução Nº 510, de 7 de abril de 2016, a obtenção do consentimento e do assentimento deverá:

Art. 12. “[...] haver justificativa da escolha de crianças, de adolescentes e de pessoas em situação de diminuição de sua capacidade de decisão no protocolo a ser aprovado pelo sistema CEP/CONEP.”

Parágrafo único. Nos casos previstos no caput deverão ser obtidos o assentimento do participante e o consentimento livre e esclarecido, por meio dos representantes legais do participante da pesquisa, preservado o direito à informação e à autonomia do participante, de acordo com a sua capacidade (BRASIL, 2016).

Assim, o consentimento informado constitui um elemento central dos preceitos éticos que orientam pesquisas cujos procedimentos metodológicos produzem dados a partir da relação direta com os participantes. Trata-se de um dos principais desafios nas investigações com crianças, sendo também um dos aspectos éticos mais intensamente discutidos nos últimos anos (COUTINHO AS, 2019; FERNANDES N, 2016).

Em relação ao assentimento propriamente dito, Coutinho AS (2019) o definiu como uma autorização que tem características específicas, tendo em vista que o participante manifestará a sua concordância ou não por meios diferenciados daqueles previstos no consentimento. Cabe ao(a) pesquisado(a) esclarecer ao potencial participante, na medida de sua compreensão e respeitadas suas singularidades, sobre a natureza da pesquisa, justificativa, objetivos, métodos, direitos, potenciais benefícios, riscos, prós e contras da pesquisa, garantindo o sigilo, anonimato e confidencialidade de todos os envolvidos, respeitando os princípios éticos e os direitos de proteção das crianças, inclusive se optarem por desistir da pesquisa. Por esse prisma, deve-se considerar a construção de decisões negociadas, contextuais, informadas continuamente com as crianças.

Em pesquisas que envolvem entrevistas, observações ou atividades lúdicas, podem emergir lembranças, emoções ou situações de exposição indevida. Diante disso, torna-se fundamental adotar estratégias que minimizem riscos, evitem constrangimentos e assegurem

um ambiente seguro e acolhedor para os participantes. Além disso, é imprescindível garantir o direito à confidencialidade e ao anonimato das informações, sobretudo em contextos de vulnerabilidade, nos quais a identificação dos participantes pode resultar em processos de estigmatização.

Nesse sentido, Corsaro WA (2005) destaca que a aceitação do pesquisador no universo infantil torna-se um desafio, em razão das diferenças entre adultos e crianças quanto à maturidade comunicativa e cognitiva, às relações de poder e às condições físicas. Para o autor, a inserção no campo depende, sobretudo, da construção de vínculos de confiança e da participação em suas rotinas. Em consonância, Scramingnon G (2019, p. 64) ressalta que a pesquisa deve ser realizada com as crianças, e não sobre elas, reconhecendo a assimetria presente na relação adulto-criança e valorizando as especificidades que caracterizam o mundo infantil.

Esse fato perpassa pela necessidade do(a) pesquisador(a) se retirar da posição de autoridade e abandonar uma visão hierarquizada de pesquisa, a fim de que desequilíbrios intergeracionais sejam minimizados, pois “[...] relações que se estabelecem com as crianças no contexto da pesquisa trazem ao pesquisador a difícil tarefa de ser parceiro, confiante, sem abdicar de seu lugar de observador” (BARBOSA SNF, 2019, p. 201).

Ainda nessa perspectiva, Fernandes N (2016) destaca que a ética também deve orientar os momentos de análise e interpretação dos dados, exigindo cuidado na utilização dos materiais produzidos durante a pesquisa, como notas, gravações e registros audiovisuais, de modo a garantir o anonimato e a confidencialidade dos participantes.

Diante disso, torna-se relevante o retorno ao campo de pesquisa por meio da devolutiva dos resultados, não apenas às instituições ou à comunidade científica, mas também aos participantes e suas famílias. Esse processo é complexo e exige cuidados para evitar exposição ou vulnerabilidades. Nesse sentido, Kramer S (2002) destaca que a devolução dos dados envolve decisões sobre relatórios, formas de escrita e circulação das informações, com atenção ao uso de nomes, imagens e fontes. A autora ressalta que a devolutiva pode ocorrer por meio da entrega de relatórios ou da socialização dos resultados, sendo mais delicada quando envolve instituições ou políticas.

Nesse horizonte, compartilhar os resultados da pesquisa com os participantes significa reconhecê-los como protagonistas do processo investigativo além de produzir conhecimento com eles e não apenas para eles. Tal postura pressupõe o respeito às diferentes competências e perspectivas, na perspectiva da alteridade da infância. Assim, a atenção a esses princípios éticos

é fundamental para promover a participação, o reconhecimento, a dignidade e a efetivação dos direitos das crianças.

Por fim, é importante enfatizar que os cuidados éticos na pesquisa com crianças precisam ser compreendidos para além das exigências burocráticas, demandando maior atenção e responsabilidade por parte dos(as) pesquisadores(as). Sem dúvida, uma investigação eticamente comprometida deve se alinhar aos interesses de grupos historicamente oprimidos e vulnerabilizados, frequentemente silenciados nos contextos educativos e na sociedade de classes.

## CONCLUSÃO

Neste artigo, buscou-se analisar as contribuições da Sociologia da Infância para a definição de escolhas teórico-metodológicas e éticas na pesquisa educacional com crianças, problematizando os desafios que atravessam esse campo de investigação em contextos marcados por profundas desigualdades sociais e educacionais.

Os resultados evidenciam que a Sociologia da Infância se constitui como um marco teórico, metodológico e ético significativo ao tensionar perspectivas historicamente adultocêntricas que marginalizam as vozes infantis nos processos de produção do conhecimento.

Suas contribuições possibilitam (re)pensar a pesquisa educacional a partir de uma abordagem sensível às múltiplas infâncias, valorizando a escuta, a participação e as diversas linguagens como práticas políticas de reconhecimento. Trata-se de um movimento que desloca o lugar hegemônico do adulto pesquisador e questiona as assimetrias de poder que historicamente estruturam as relações entre infância, ciência e educação.

Nesse sentido, a escolha de métodos e procedimentos de pesquisa não pode ser compreendida como decisão técnica, mas como posicionamento ético e político, uma vez que implica reconhecer as crianças como sujeitos ativos na construção de sentidos sobre os mundos que habitam. Assim, investigar com crianças requer estratégias capazes de apreender suas experiências, interpretações e formas de resistência nos contextos sociais em que vivem.

Ao mesmo tempo, o estudo evidencia que a pesquisa com crianças é atravessada por desafios éticos permanentes, que exigem vigilância epistemológica frente às práticas de silenciamento, tutela excessiva e instrumentalização da participação infantil. Questões como

consentimento, assentimento e devolutiva dos resultados assumem centralidade enquanto práticas de garantia da dignidade infantil.

Torna-se, portanto, imprescindível que as pesquisas educacionais problematizem as infâncias em seus contextos concretos, considerando as múltiplas formas de desigualdade e opressão que atravessam as experiências das crianças brasileiras e amazônidas, frequentemente marcadas pela precarização das políticas públicas e pela exclusão social. Assim, a pesquisa com crianças assume o papel de prática científica comprometida com a transformação social e com a defesa intransigente de seus direitos.

## REFERÊNCIAS

1. ABRAMOWICZ A. Sociologia da infância: traçando algumas linhas. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, 2018; 8(2): 371-383.
2. ABRAMOWICZ A. Sociologia da infância: tendências e debate. In: ABRAMOWICZ A. Ser criança e a sociologia da infância. Curitiba: CRV, 2025; p. 27-35.
3. BARBOSA SNF. “Deixa eu escrever meu nome aí?”: o assentimento como estratégia ética e metodológica na pesquisa com crianças. In: KRAMER S, et al. Ética: pesquisa e práticas com crianças na educação infantil. Campinas: Papyrus, 2019; p. 185-204.
4. BRASIL. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. Diário Oficial da União, 1990.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Brasília, 2016.
6. BROSTOLIN MR. A sociologia da infância na contemporaneidade. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, 2020; 12(23): 316-330.
7. BUSS-SIMAO M. Pesquisa etnográfica com crianças pequenas: reflexões sobre o papel do pesquisador. Revista Diálogo Educacional, 2014; 14(41): 37-59.
8. COHN C. Concepções de infância e infâncias: um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. Civitas: Revista de Ciências Sociais, 2013; 13(2): 221-244.
9. CORSARO WA. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. Educação & Sociedade, 2005; 26(91): 443-464.
10. COUTINHO AS. Consentimento e assentimento. In: ASSOCIACAO NACIONAL DE POS-GRADUACAO E PESQUISA EM EDUCACAO. Ética e pesquisa em educação: subsídios. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019; p. 63-66.
11. CRUZ SHV. Questões éticas na pesquisa com crianças, adolescentes ou pessoas em situação de diminuição de capacidade de decisão. In: ASSOCIACAO NACIONAL DE POS-GRADUACAO E PESQUISA EM EDUCACAO. Ética e pesquisa em educação: subsídios. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019; p. 47-52.
12. FERNANDES N. Ética na pesquisa com crianças. In: TOMAS C, et al. Conceitos-chave em sociologia da infância: perspectivas globais. Braga: UMinho Editora, 2021.
13. FERNANDES N. Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios. Revista Brasileira de Educação, 2016; 21(66): 759-779.
14. FERNANDES N, SOUZA LF. Da afonia à voz das crianças nas pesquisas: uma compreensão crítica do conceito de voz. Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica, 2020; 5(15): 970-986.

15. FERREIRA M, LIMA PM. Infância e etnografia: dialogia entre alteridades e similitudes. *Perspectiva*, 2020; 38(1): 1-14.
16. GOBBI MA. Desenhos entre mundos: elementos para pesquisar e tentar compreender as crianças a partir de seus pontos de vista. *Política & Trabalho – Revista de Ciências Sociais*, 2022; (57): 135-152.
17. JAMES A. Dando voz às vozes das crianças: práticas e problemas, armadilhas e potenciais. *Revista Zero a Seis*, 2019; 21(40): 2019-2048.
18. KRAMER S. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. *Cadernos de Pesquisa*, 2002; (111): 41-59.
19. MARCELLO FA, SOARES GR. Sobre o uso de imagens na pesquisa com crianças: foto-elicitación e outras metodologias no panorama investigativo brasileiro. *Práxis Educativa*, 2021; 16: 1-18.
20. NASCIMENTO MLBP. Como se conduz a pesquisa da infância quando a educação é mais um campo a compor seus estudos? *Currículo sem Fronteiras*, 2015; 15(1): 79-93.
21. ORGANIZACAO DAS NACOES UNIDAS. Declaracao dos direitos da crianca. Nova York: ONU, 1959.
22. PASSEGGI MC, et al. Narrativas de crianças sobre a escola: desafios das análises. *Revista Lusófona de Educação*, 2018; (40): 155-169.
23. PIRES FF. Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica. *Revista de Antropologia*, 2007; 50(1): 225-270.
24. QVORTRUP J. Nove teses sobre “infância como um fenômeno social”. *Pró-Posições*, 2011; 22(1): 199-211.
25. SANTOS SE, et al. A pesquisa com crianças e a reviravolta científica na sociologia da infância. *Zero-a-Seis*, 2017; 19(35): 161-176.
26. SARMENTO MJ. Conhecer a infância: os desenhos das crianças como produções simbólicas. In: MARTINS FILHO AJ, PRADO PD, et al. *Das pesquisas com crianças à complexidade da infância*. Campinas: Autores Associados, 2011.
27. SARMENTO MJ. Sociologia da infância: correntes e confluências. In: SARMENTO MJ, GOUVEA MCS, et al. *Estudos da infância: educação e práticas sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009; p. 17-39.
28. SARMENTO T, OLIVEIRA M. Investigar com as crianças: das narrativas à construção de conhecimento sobre si e sobre o outro. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica*, 2020; 5(15): 1121-1135.
29. SCRAMINGNON G. A pesquisa também é das crianças: o retorno ao campo como resposta responsável. In: KRAMER S, et al. *Ética: pesquisas e práticas com crianças na educação infantil*. Campinas: Papirus, 2019.